



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23-06-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Boa noite, pessoal. Boa noite a todos e todas.

Eu me chamo Luna Zarattini. Sou Vereadora desta Casa e Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Quero dar início a esta audiência pública, que tem como principal pauta a questão da política de imigrantes recortada na questão de moradia. É algo muito importante para nossa cidade. É uma luta muito importante por moradia digna que temos na nossa cidade e que a gente também queria fazer esse recorte na questão dos imigrantes.

Queria convidar algumas pessoas para a Mesa. Gostaria de chamar a Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa do Bryan. Bem-vindo. Obrigada por ter vindo. (Palmas). Quero convidar o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, na pessoa da Juliana Avanci. Muito obrigada, Juliana. (Palmas). Quero convidar a Sra. Giulia Ramilo, coordenadora da Ocupação Penha Pietras, do Movimento de Moradia e Inclusão Social. (Palmas). Quero convidar o Movimento de Luta nos Bairros na figura do Felipe Fly. (Palmas). Quero chamar a Sra. Carla Mustafa para compor a Mesa, representando o Cedec. Obrigada. (Palmas). Pela Defensoria Pública do Estado, Pedro Feilke. (Palmas). Quero também chamar Jean Cadet para compor a Mesa conosco. Obrigada. (Palmas). Também quero chamar para compor a Mesa, Chesnel Cesalien, representando os imigrantes. (Palmas). Quero chamar também a Defensoria Pública da União, representada pelo João Chaves, do GT de Imigrações. (Palmas)

Agradeço demais a todos os que convidamos e chamamos para compor a Mesa. Convidamos outras Secretarias também para estarem presentes: a Sehab, a SMADS, a Secretaria de Saúde, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Fizemos o convite, mas não estão presentes.

Queria dar início a esta audiência pública com a presença da Vereadora Luna Zarattini e da Vereadora Ely Teruel, que está presente de forma *on-line*. Agradeço a presença, Vereadora. Foram regularmente convocados no termo do artigo 43, do Regimento Interno.

Declaro aberta e assumo a presidência dos trabalhos desta audiência pública.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; e pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

Agora, com a Mesa formada, queria destacar a importância desta audiência pública. Temos feito, pela Comissão de Direitos Humanos, uma série de audiências públicas tocando a questão da política de imigrantes na nossa cidade, porque é um tema muito importante para nossa cidade. É uma cidade que recebe muitos imigrantes e que também, portanto, tem que garantir políticas públicas de acesso aos direitos, de acesso à educação, de acesso à saúde, de acesso à moradia, de acesso e de garantia dessa democracia. Por isso, convocamos mais uma vez uma audiência pública com a pauta dos imigrantes, mas também com muito enfoque na questão da moradia.

No nosso requerimento, trouxemos um levantamento dos atendimentos realizados no CRAI, em 2016. De um universo de 1260 atendimentos, aferimos que houve 42,3% de pessoas que viviam de aluguel; 24,9% das pessoas atendidas viviam em Centros de Acolhida; 13% não possuíam moradia; 4,6% estavam em situação de rua; e 3,5% em ocupações. Portanto, pelo menos 46% dos imigrantes atendidos pelo CRAI, em 2016, estavam em uma situação de completa vulnerabilidade domiciliar.

Temos feito uma luta muito grande pela questão da moradia na nossa cidade, sendo mais do que a questão dos imigrantes. Temos reparado que aumentou muito a questão dos despejos, da questão das remoções. O nosso mandato tem acompanhado mais de 20 ações de remoções, de despejo, para que a gente consiga garantir o direito à moradia. Isso é um primeiro acesso a diversos outros direitos, por isso que não deve ser diferente o tratamento em relação aos imigrantes e por isso a gente convoca esta audiência.

Trouxemos todos os presentes para fazerem as falas e também vamos abrir ao público para ouvirmos e debatermos essas questões. Depois, tenho algumas perguntas para as Secretarias, mas basicamente a gente quer debater a questão da situação dos imigrantes em ocupações, quais são essas políticas municipais, o que falta para a gente poder pressionar, para

a gente poder melhorar as nossas políticas.

O nosso mandato, a Casa Legislativa e os Vereadores têm uma atuação para que, de fato, a gente melhore as políticas públicas, melhore as políticas municipais. Então, também já me coloco completamente à disposição para diálogos, conversas e construção dessas políticas e discussão do acesso aos direitos e serviços e proteção da política para imigrantes na cidade de São Paulo.

Queria começar convidando, para fazer uso da palavra, o Sr. Chesnel Cesalien.

O SR. CHESNEL CESALIEN – Boa noite a todos, a todo o corpo de organizações que estão aqui.

Meu nome é Chesnel Cesalien, sou do Haiti e sou representante da comunidade do Haiti.

Estamos aqui hoje pela situação que nós, imigrantes no Brasil, estamos vivendo. A demanda que queremos levar à Câmara Municipal é um pedido de ajuda para a nossa comunidade, aos imigrantes todos. Há muitas coisas que estão erradas e se não denunciarmos ou levarmos para o corpo de governança, não vai resolver nada. Muitas vezes, os representantes das comunidades ou do corpo governante não sabem o que está acontecendo e as coisas ficam impunes.

A primeira coisa que eu queria falar é que nós, imigrantes, temos muita dificuldade em resolver papéis. O Governo brasileiro libera para a gente levar ao Haiti, mas há uma burocracia grande. Trazemos essa demanda hoje para ver com o corpo de governantes, o embaixador, o Ministério do Exterior para tocar no assunto e levar isso adiante para poder resolver esse assunto.

Outra coisa que nós temos dificuldade é com a ficha de criminalidade, quando a gente pede para fazer, porque tem que sair do município e chegar à capital. Então, é uma burocracia grande e a gente tem que gastar muito, ainda demora até seis meses, oito meses, para chegar esse documento ao Brasil.

Então, a gente traz essa situação à frente de todas as organizações que estão nos

escutando para ver de que modo e em que momento pode resolver isso. Só isso que tenho de falar da comunidade do Haiti, da qual sou representante.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada pela sua participação. Acho fundamental que a gente consiga trazer as pautas ao Poder Público, com todas as representações.

Tem a palavra o Sr. Jean Wilnick Cadet.

O SR. JEAN WILNICK CADET – Boa noite.

Não estava preparado para falar, mas eu vou fazer um esforço para falar um pouco dos imigrantes, não só dos haitianos, mas dos imigrantes negros do Brasil.

Primeiro, eu quero falar sobre o emprego. Existe uma burocracia no emprego, nas empresas. Você pode ser qualificado e, quando você chega ao trabalho, à empresa, eles já têm um trabalho específico para você. Você pode ter um certificado, um diploma, mas você não consegue trabalhar na sua área por ser negro, preto.

Eu me lembro da última vez em que estava trabalhando em uma empresa, um mercado, em Santa Catarina, onde eu aprendi a manobrar empilhadeira. Mas, quando eu cheguei, eu trabalhei como repositor no mercado, trabalhei também com carga e descarga das mercadorias. Trabalhei também na empilhadeira, no recebimento das mercadorias, que não era a minha função, mas recebia o mesmo valor que outras pessoas que entraram.

Eu ensinei o trabalho às pessoas, como fazer o recebimento, porque já tinha aprendido tudo isso em Santa Catarina, onde eles oferecerem curso para a gente. Então, quando eu cheguei a São Paulo, tudo era um pouco difícil para mim, para os imigrantes também, e eles sabem do que estou falando.

Depois de três anos na empresa, eu perguntei ao meu patrão o porquê da minha carteira ter sido assinada como repositor, sendo que trabalhei com carga e descarga e empilhadeira também, recebendo o mesmo salário. Ele falou um monte de coisas para mim, mas tudo isso não foi gravado e, por isso, ele tem razão.

Então, a gente fez acordo e eu saí de lá. E não sou só eu que estou sofrendo isso, mas todos os imigrantes que estão presentes estão passando a mesma coisa: porque você é preto, você não pode ter um salário maior que os outros.

Segundo, eu queria falar pelos ambulantes também. Eu conversei com todos os imigrantes que são ambulantes e eles não estão ganhando bastante, como muita gente pensa. Quando você é ambulante, você trabalha para você, não há patrão que pede para você não usar o celular, não conversar com ninguém, que não pode fazer isso ou aquilo. Mas os imigrantes ambulantes estão passando vergonha.

Da última vez, no Brás, a gente recebeu uma denúncia de uma imigrante haitiana que estava grávida de cinco ou seis meses. Quando a polícia, o “rapa”, correu atrás dela, ela caiu e perdeu a criança. Outro haitiano estava em cima daquela ponte, no Largo da Concórdia, o “rapa” estava correndo atrás dele, quando ele atravessou, um carro bateu nele e quebrou o seu pé.

Segundo os imigrantes senegalenses, africanos, nigerianos, haitianos, eles estão prontos para colaborar com a Prefeitura para pagar o imposto, estão prontos para pagar, mas não a pessoa que é responsável por aquele ponto. Se a Prefeitura quiser, eles também estão dispostos a pagar para poder fazer o seu trabalho e sustentar a sua família. De 50 reais que eles estão ganhando, eles estão ajudando cinco famílias aqui e no país deles.

Então, a Prefeitura pode ajudar a gente, porque eles estão querendo colaborar com a Prefeitura para pagar o imposto, para não ter esse problema que está acontecendo todos os dias no Brás. Na praça da estação do Brás, há pessoas que estão há mais de um mês sem trabalhar, que pagam aluguel, que têm família para manter, mas é difícil ver imigrantes pedindo esmola na rua, porque os imigrantes sabem que tudo o que se conquista é com o trabalho.

E sobre a moradia, quando você é imigrante e está morando na favela, na ocupação, as pessoas sabem que você é imigrante e pessoas que não sabem. Quando eles estão falando, não querem conversar com você, porque há uma humilhação grande nas favelas, mas tudo bem. Isso merecia outro debate.

Somente a Prefeitura pode ajudar a gente no emprego, no caso dos ambulantes também e na moradia.

Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Jean.

É fundamental a questão do emprego, da geração de renda, para que haja dignidade. Obrigada pelo seu depoimento. Obrigada por participar. Falou muito bem.

Agora, quero passar para o Felipe, do Movimento de Luta nos Bairros. Depois, vou passar para a Giulia, que coordena a Ocupação Penha.

O SR. FELIPE FLY – Eu sou Felipe Fly, Coordenador do MLB, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Estou como representante da Ocupação dos Imigrantes, cujas famílias estão presentes no auditório.

A nossa ocupação é formada, principalmente, por migrantes nacionais, mas, sobretudo, por internacionais do Haiti, República Dominicana e Bolívia. São famílias que têm na sua trajetória a marca de muitos despejos e, no seu histórico, os aluguéis sendo reajustados de forma desproporcional.

Então, às vezes, a mesma pessoa, no mesmo território e no mesmo prédio, as famílias de migrantes pagaram quatro vezes mais o valor de um aluguel que as famílias brasileiras pagavam.

Foram casos que várias famílias relataram e, também, era muito comum, na trajetória dessas famílias, ter a dificuldade de acesso aos seus direitos básicos como ir ao SUS e ser bem atendido ou de conseguir fazer a regularização da sua documentação, sobretudo, na pandemia, quando foi relatada bastante dificuldade de conseguir fazer o agendamento. Felizmente, esses dois fatores na ocupação, com muita organização, a gente conseguiu encaminhar, fazendo mutirões com o CRAS e o CRAI. Hoje, temos a visita periódica de um agente de saúde na ocupação, mas são problemas que ainda são muito presentes na comunidade imigrante. A gente tem que dar essa atenção e garantir que eles sejam solucionados.

Acho que é importante a gente entender o porquê desses direitos não estarem

garantidos. Foram quase quatro décadas de 1980 até 2017 em que as pessoas migrantes internacionais tinham um único amparo na legislação. Esse amparo era chamado de Estatuto do Estrangeiro. Foi assinado pelo General Figueiredo, então, é um Estatuto herdado da época da ditadura empresarial militar que colocava o migrante internacional como uma figura desumanizada, como uma figura submissa, vista como uma ameaça nacional. Vários absurdos.

E, ainda, essa pessoa corria o risco, a qualquer momento, de ser extraditada, expulsa do país, sem qualquer tipo de justificativa. É um medo que persiste até hoje, apesar de termos tido em 2017 essa mudança com a Lei da Migração, especificamente, em São Paulo, em 2021, com o Plano Municipal de Política Pública para o Imigrante. Ainda, assim são muitos os avanços que a gente tem no papel, mas poucos na prática do nosso cotidiano.

A gente acha que essas contradições precisam ser colocadas para conseguir, de fato, debruçar-se sobre elas. Uma coisa que a gente teve muito forte foi a pandemia, quando a gente realizou a Ocupação dos Imigrantes Jean-Jacques Dessalines. Logo de início, imigrantes internacionais e refugiados não foram sequer contabilizados para conseguirem o auxílio emergencial. Com o aumento de desemprego que a gente teve, que atinge ainda mais forte essa parcela, como o companheiro colocou; também, por seus diplomas não serem reconhecidos. Então, várias famílias que têm uma grande formação, não conseguem um trabalho, de fato, digno, por conta de não ser reconhecido esse diploma. Acaba indo para o trabalho informal, e, muitas das vezes, para um trabalho análogo à escravidão.

Além disso, há algumas coisas que a gente acha que é importante colocar: que os espaços de assistência social tenham pessoas para fazerem a tradução simultânea. Nesta mesma audiência faria muita diferença ter uma tradução para o espanhol, para o francês, para o crioulo haitiano, para diversos outros idiomas, porque isso permite que a família se expresse em sua plenitude, que ela seja ouvida, de fato, com tudo o que quer dizer, e não com o que consegue se esforçar para dizer. A gente consegue compreender, mas não é em sua totalidade; e é justo que essa família possa se expressar, porque, só assim, ela vai conseguir ter uma plena participação política na sociedade.

Além disso, é importante que a gente enxergue a realidade concreta, como ela é. E, hoje, 8% das pessoas migrantes internacionais estão em situação de rua, também, porque não conseguem acessar os seus próprios direitos, instituições, programas sociais. Hoje, quem acaba comprando o dever que o município está abrindo mão são as ocupações. Então, é muito contraditório que a resposta do Poder Público a essas ocupações sejam os despejos. É estranhamente contraditório, e, diga-se de passagem, os despejos com as pessoas migrantes internacionais é ainda mais violento.

As pessoas não conseguem, no momento, entender, porque as pessoas não sabem de fato o que está acontecendo e são pouquíssimos os encaminhamentos que são feitos após esse despejo. Muitos dos abrigos não estão preparados para receberem essas pessoas ou não aceitam receber a comunidade migrante. E, ainda, há a questão da separação das famílias. Muitos abrigos são exclusivos para um gênero, o que acaba fazendo com que as famílias não possam ficar juntas e torna-se uma opção inviável. Não uma opção de fato.

Mais contraditório ainda – e é preciso ser dito – quando a polícia invade a nossa casa. Isso aconteceu com a Ocupação dos Imigrantes há algumas semanas, feito de forma coercitiva, com armas em punho, assustando e coagindo as famílias, sem qualquer tipo de amparo legal, sem um mandado que justificasse essa entrada. Essa é uma forma de desobedecer a própria Constituição e trair o seu povo que é a quem deveria servir e proteger.

Então, diante de tudo isso, nós da Ocupação Jean-Jacques Dessalines, ainda reforçamos: acreditamos que esta audiência pública possa fazer com que o Poder Público se responsabilize e cumpra com as suas competências.

Por conta disso, a gente queria fazer algumas propostas para ajudar no debate. A gente propõe que a Secretaria de Habitação realize uma contagem das ocupações com pessoas migrantes internacionais, que possa fazer um censo dos moradores e das moradoras, para que tenha a real dimensão de qual é essa comunidade, de quais são as verdadeiras necessidades e conseguir atuar nelas.

Achamos que é importante, para essas ocupações, uma regularização da água, luz

e saneamento básico junto a Enel e Sabesp; que, para os moradores e moradoras, possa ser garantido o pleno acesso ao SUS, bem como a regularização da documentação e que, para as crianças e jovens, a gente possa garantir o acesso à creche e ao ensino de qualidade.

É importante ressaltar que a gente não está exigindo nada mais do que fazer cumprir com uma legislação que já está escrita, e, ainda por cima, reconhecer a luta e a construção coletiva dos movimentos, das ocupações, das comunidades, que estão suprindo a ausência de um Poder Público municipal, estadual e federal.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Felipe.

Quero lembrar que há poucas semanas, a gente teve, também, uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, que tratou dessa abordagem policial muito violenta em ocupações no Centro. A gente tirou uma série de medidas, de denúncia disso tudo, de diálogo também, de como a gente pode pensar essa abordagem policial sem a violação de direitos humanos, porque é impossível a gente achar que é normal o que aconteceu na Ocupação Jean-Jacques Dessalines. Então, é importante a gente seguir com as nossas deliberações. Obrigada pela sua fala.

Agora, vou passar para a Giulia, coordenadora da Ocupação Penha.

A SRA. GIULIA RAMILO – Boa noite a todos, todas e todes. Eu sou a Giulia, do Movimento de Moradia e Inclusão Social, filiada à Frente Luta por Moradia. Sou coordenadora da Ocupação Penha Pietras e pré-candidata ao Conselho Tutelar da Bela Vista com a companheira Gabi e companheira Sandra.

Eu aproveito para agradecer o convite do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos que tem desenvolvido um importante trabalho através das oficinas de formação com imigrantes da nossa ocupação.

Desculpe-me, gente, meu despertador está tocando. Licença.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Fique tranquila. (Risos)

A SRA. GIULIA RAMILO – Desculpe-me se eu não for clara, está bom?

A luta por moradia é um direito constitucional, um direito básico. Nossa ocupação é composta por mais ou menos 40% de imigrantes que se deslocaram da Venezuela, Peru, Bolívia, República do Congo, Angola, entre outros países ao redor do mundo, e são parte fundamental da luta por moradia. Inclusive nos deparamos com muitas mulheres chefes de família que saíram de longe em busca de condições melhores de vida. E aqui também encontram desafios para trabalhar, estudar, fazer tratamento de saúde, morar. Garantir um teto para essas imigrantes é o básico. Quando você estabelece raízes em um lugar, você tem a possibilidade de crescer e florescer, por isso a bandeira é: nenhuma mulher sem casa.

Quero saudar os nossos companheiros imigrantes, pessoas com muito vigor e dedicação à luta, saúdo sua disposição para lutar.

Quero agora compartilhar com vocês um poema da Lubi Prates chamado *Condição: Imigrante*.

“Desde que cheguei aqui, um cão me segue. Mesmo que haja quilômetros, mesmo que haja obstáculos entre nós, sinto seu hálito quente no meu pescoço. Desde que cheguei, um cão me segue e não me deixa frequentar os lugares badalados, não me deixa usar um dialeto diferente do que há aqui. Guardei minhas gírias no fundo da mala e ele rosna. Desde que cheguei aqui, um cão me segue e esse cão eu apelidei de imigração. Um país que te rosna, uma cidade que te rosna, ruas que te rosnam como um cão selvagem. Esqueça aquela ideia infantil, aquela lembrança infantil de sua mão afagada por um cão, de sua mão afagando o seu próprio cão. Ficou em outro país ironicamente porque a raiva lá não é controlada, aqui tão pouco. Um país que te rosna, uma cidade que te rosna, ruas que te rosnam, como um cão selvagem”.

Obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Giulia.

Agora queria passar a palavra para Carla Mustafa, do Cedec; e depois para Juliana, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Obrigada, Carla, pela sua presença.

A SRA. CARLA MUSTAFA – Boa noite a todas, a todos e todes.

Quero agradecer imensamente a oportunidade justamente nesta semana, em que se celebra o Dia Mundial do Refugiado, justamente uma semana para visibilizar as causas migratórias. É muito importante termos iniciativas como esta para debater a questão da imigração e da moradia.

O que nós percebemos é que justamente o direito à moradia, assim como o direito a imigrar, são direitos humanos. Então, não há outra forma de pensarmos em acesso a direitos, tanto da pessoa migrante ou da pessoa refugiada à documentação, à regularização migratória, sem pensarmos também nas questões de moradia. E aí, nós temos algumas dificuldades que, muitas vezes, são compartilhadas inclusive pela população brasileira.

Infelizmente, vivemos em um país em que há profundas desigualdades socioeconômicas e isso atinge também alguns imigrantes e refugiados, principalmente aqueles que estão em situação de vulnerabilidade. Desde a nossa Constituição Federal, está previsto o acesso à moradia, justamente pelo princípio da igualdade que prevê que tanto nacionais como não nacionais têm os mesmos direitos. A partir daí nós pensamos que tanto a população migrante, quanto à refugiada e brasileiros deveriam ter garantidos o acesso à moradia.

Da mesma forma como bem foi mencionado, nós tínhamos uma legislação quanto aos direitos extremamente restritiva, que pensava nas questões imigratórias como uma questão de segurança nacional, como o imigrante – até mesmo pela própria terminologia – estrangeiro, que é aquele que é estranho, aquele que não pertence à sociedade; aquele que, de certa forma, deveria ser combatido e não incluído na sociedade. Mas a mudança na nossa legislação em 2017 traz, entre outras novidades, justamente a inclusão. Mais ainda, a previsão do acesso livre e igualitário a bens e serviços públicos, tais como: saúde, educação, assistência social, emprego e a questão da moradia.

Um ponto que também gostaria de salientar é que esse acesso à moradia está previsto em uma lei municipal. Há uma política municipal prevista para a população imigrante em São Paulo. Então, nós temos uma série de normativas, desde o nível local como também da própria Constituição Federal. A nossa lei de imigração, de certa forma, o direito à moradia, enfim,

já está estabelecido. O que justamente nós temos agora é um desafio para construção de políticas públicas que garantam acesso a esses direitos.

Isso ficou também muito perceptível com o grande desafio que nós enfrentamos durante a pandemia quando, por exemplo, estávamos com aquele dilema do início da vacinação, algumas pessoas – imigrantes e refugiados – tiveram dificuldade em acessar o direito à saúde, à vacinação justamente porque não tinham endereço fixo ou porque estavam em situação de moradia precária, estavam em alguma ocupação, estavam em comunidades, e não conseguiam comprovar para a cidade de São Paulo que estavam naquele território.

Então, como a questão da moradia também tem reflexos muitas vezes negativos em outras áreas da vida – a própria questão da empregabilidade, o acesso ao trabalho –, é muito difícil para um imigrante ou refugiado conseguir passar em um processo seletivo quando ele diz que não tem residência própria ou que não tem acesso a uma moradia digna. Isso também impacta porque, cada vez mais, temos percebido a presença de imigrantes refugiados em ocupações, em áreas mais afastadas, o que impacta também a questão do acesso ao Centro, do acesso à cidade. Pensando também que o direito à cidade é estendido aos imigrantes e aos refugiados, há falta de políticas habitacionais que sejam também pensadas para essa população, o que nos mostra o quanto falhamos em relação a isso. Não basta só garantir esses direitos, mas também o que nós temos de implementar enquanto políticas públicas.

A própria questão da documentação acaba gerando dificuldade no quesito da regularização migratória. Quando o imigrante não tem endereço fixo, como conseguirá ir à Polícia Federal registrar-se para obter sua documentação? Ele não consegue, e infelizmente temos muitas pessoas nessa situação. Até hoje não temos dados concretos sobre quem está em situação irregular. Além da questão da falta de moradia, há também a questão de taxas, enfim; há dificuldades que, no dia a dia, essas pessoas enfrentam no acesso à documentação.

O que nós do Cedec pensamos é justamente que nós precisamos fomentar políticas habitacionais que sejam inclusivas, especialmente que atendam às suas especificidades, não basta garantir só o acolhimento. O Brasil é conhecido como um país que acolhe, mas ele não dá

condições para que essas pessoas permaneçam de uma maneira digna. Então é preciso pensar, quando falamos de moradia, de habitação, que há em duas etapas. Uma é a ampliação da nossa rede de acolhimento, entendendo que imigrantes e refugiados têm as suas especificidades, muitas vezes da não fragmentação do núcleo familiar. Então é muito difícil, quando se tem famílias grandes, colocar cada um em uma espécie de abrigo.

Então, o abrigamento familiar deve ser prioritário. Além disso, as próprias questões de aprender a língua portuguesa, de você conseguir se inserir no mercado de trabalho, leva um tempo. Não dá para ser algo que tenha um prazo curto. Então, deve-se pensar nessas vagas de acolhimento também com o tempo razoável. Mas, além disso, também formas de habitação, de acolhimento permanente.

Muitas vezes, essas pessoas têm muito a contribuir. Elas têm formação, nível universitário, têm muito a contribuir com a sociedade brasileira e, justamente, o impedimento do acesso à moradia acaba dificultando essa inserção.

O que podemos propor é justamente pensar nessas políticas que sejam mais inclusivas, de lembrar que o direito à cidade também é extensivo a esses imigrantes e refugiados. E, mais uma vez, ressaltar que assim como migrar é um direito humano, o direito à moradia também é um direito humano.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Carla.

Queria agora passar para Juliana, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Obrigada pela presença.

A SRA. JULIANA AVANCI – Boa noite.

Primeiro, queria agradecer a todos os companheiros da Mesa; Vereadora Luna por ter puxado essa iniciativa em conjunto; também com os companheiros das ocupações; o Bryan, da Secretaria Direitos Humanos; os Defensores Públicos que estão aqui; a companheira também do Cedic.

O Centro Gaspar Garcia é uma organização de Direitos Humanos que existe desde

1988. Só em 2012 é que tivemos uma aproximação maior e começamos a aprofundar uma discussão sobre as condições dos imigrantes no Brasil em razão de demandas de pessoas que naquela época tinham oficinas de costura e tinham que conjugar trabalho e moradia no mesmo espaço. Era um momento em que a gente assistia um processo intenso de criminalização dessa prática. Então, era muito comum vermos algumas operações por parte do Ministério Público do Trabalho fazendo fiscalização nessas moradias e aí identificavam as condições que as pessoas estavam submetidas.

Tivemos uma aproximação com essa população e aí pudemos entender uma série de questões que envolvem esse universo do que é a dificuldade das pessoas que buscam melhores condições de vida em um país que é extremamente hostil e que não assegura essas condições mínimas de permanência e de sobrevivência.

No ano passado, por meio de uma emenda parlamentar da Deputada Erika Hilton, começamos a discutir a necessidade de fazer um processo de escuta nas ocupações que nós acompanhamos. Hoje, o Centro Gaspar Garcia acompanha 200 ocupações em São Paulo fazendo o acompanhamento jurídico, judicial na defesa dessas famílias que estão em situação de despejo, remoção, etc.

Sempre nos deparamos com a dificuldade que os imigrantes têm inclusive de suportar – e, óbvio, para qualquer pessoa suportar um despejo é extremamente difícil e traumático –, mas nós vimos que os imigrantes tinham menos condições de fazer os arranjos que às vezes outras pessoas faziam, que era de se agruparem, fazerem outras ocupações. Ir à rua para quem tem família nunca é uma opção. É sempre uma situação de desespero, porque as pessoas, obviamente, evitam ao máximo chegar à condição de rua.

Então, começamos a fazer um processo de formação com algumas das ocupações que estão aqui hoje. Uma é o Haiti, a outra é a Penha Pietras, há a Vila das Belezas, também a ocupação da República, o pessoal da Capitão Salomão, enfim, para gente entender um pouco como é que estava esse fluxo das pessoas buscarem moradia.

A Vereadora no começo trouxe alguns números que falam que a maior parte dos

imigrantes estão pagando aluguel, entram em uma locação.

Ouvindo, por exemplo, a fala do Jean, a gente vê que esse ciclo, obviamente, se repete. Então, as pessoas chegam com uma expectativa de melhores condições de vida, de se estruturar para trazerem a família. O processo de reunião familiar, de trazer a família para cá já é extremamente dificultoso porque há a dificuldade de se estabelecer. O prazo é curto, os valores de aluguel que são cobrados dessas famílias muitas vezes são extorsivos, principalmente porque às vezes não conseguem atender aquelas exigências de ter um fiador, de ter o valor do calção, às vezes, você tem que dar ali três meses de aluguel para poder adentrar àquele imóvel ou então você tem que fazer um seguro fiança, que é extremamente caro.

Com essa dificuldade de se estabelecer profissionalmente, porque as pessoas muitas vezes chegam com essa profissão, como foi falado – e essa profissão não é reconhecida e não conseguem exercer – acabam tendo que praticar o trabalho informal. Aí, elas se deparam com a violência do estado, que é impedir que as pessoas trabalhem de forma informal, porque não há outras colocações no mercado de trabalho. E o trabalho informal – a gente sabe – tem sazonalidades. Muitas vezes as pessoas não conseguem complementar a renda do mês e acabam ficando sujeitas ao despejo.

Então estamos sempre nesse ciclo. A dificuldade do trabalho, a informalidade do trabalho que leva à dificuldade de permanecer na moradia e que aí leva muitas famílias a procurarem as ocupações como uma alternativa de permanência. Aí, aparece o estado, às vezes, para fazer a reintegração de posse ou para garantir o aparato judicial e policial para fazer essas reintegrações de posse.

Agora, temos notícias de grandes valores disponíveis para um programa habitacional municipal. No entanto, quando a gente olha os critérios para acesso a esses programas, eles não contemplam especificidades, como foi colocado. São regras gerais que as pessoas têm que se enquadrar, entram em uma fila. Em algum momento, se tudo der certo, essas pessoas vão ser atendidas. Mas e as pessoas que estão sendo despejadas hoje? Quem mora em uma ocupação hoje e for despejado amanhã não existe política nenhuma para dar um suporte às

pessoas que estão nessas condições.

Hoje existe um entendimento e é generalizado, inclusive por parte do judiciário. O juiz que decide pela reintegração de posse. Hoje, pela estrutura da política habitacional, isso é um problema entre quem ocupou e quem é dono do imóvel. Eles que se arranjam. Não existe uma política de suporte, de apoio, de urgência às pessoas que amanhã correm o risco de irem à rua.

Então, é necessário, como foi colocado, que a gente consiga avançar para questões mínimas para garantir condições de permanência dessas pessoas. Quando nós começamos, então, em seis meses, nós fizemos mais de 16 atividades de formação, mas que tinham muito propósito de fazer uma escuta com os imigrantes. São muitas as histórias de solidão, de frustração das pessoas, de o impacto que é ter que sair do seu local de origem. Não é uma decisão fácil você ter que deixar para trás uma parte da família e uma série de conquistas que teve naquele espaço e esse processo é ainda mais difícil quando as pessoas se deparam com uma solidão.

Então, o país recebe porque não manda embora, mas muitas vezes, tanto a população, quanto os Pares, são extremamente hostis. Sabemos que, na situação da moradia, a gente tem ocupações hoje que são feitas pelos imigrantes, que se organizam e fazem ocupação de imóveis que estão abandonados. Aí têm duas funções: não só denunciam que o imóvel não tem uma função social, mas que também serve de moradia para aquelas pessoas que não se veem contempladas em nenhuma política dentro do município.

Então, eu queria trazer um pouco desse sentimento que a gente acabou capturando nessas atividades, em que as pessoas trazem essa ânsia de querer solucionar, mas não conseguem sozinhas. E a gente pensa de forma muito rasa: “Ah, mas se ela esforçar...”. Não, a estrutura não está para solucionar a situação de moradia e trabalho dos imigrantes: as informações são difíceis; a estrutura, a organização, hoje, do Estado, é confusa para entender onde acessar.

Se nem os brasileiros entendem o que é de responsabilidade da Prefeitura, do

Estado, do Governo Federal, imaginem para quem chega. É muito complexo e não existe essa acolhida de conseguir contribuir nesse processo de chegar junto.

A ideia de fazer essa articulação era justamente para reforçar, porque existe muita gente trabalhando com isso, como a Pastoral do Migrante, o Cedec, o CRAI, que faz um trabalho extremamente estruturado, mas é importante a gente juntar forças nesse processo. Inclusive, a gente tem que saber que a nossa situação não é única, ela está espalhada; provavelmente, todos os imigrantes passam pelas mesmas situações.

O imigrante tem que ir trabalhar e passa por essa situação da violência policial, da forma como o Estado age só para repreender, perdendo mercadoria e não conseguindo reaver mercadoria.

Desde quando eu tive que trabalhar como ambulante que eu quero me regularizar, pois há muitos anos a portaria que impede a emissão de novas TPUs é renovada. Há anos que não há novas TPUs na cidade de São Paulo, e não é só o caso dos imigrantes porque essa população não está nem contemplada entre os critérios para a concessão da licença para trabalhar como ambulante.

Então, é uma discussão necessária; precisa retomar esse diálogo com a Secretaria das Subprefeituras para pensar em meios de garantir que essas pessoas, enquanto estiverem exercendo essa atividade, não sofram tamanha violência policial repressiva como têm sofrido, inclusive patrimonial, porque perdem muito dinheiro com ações de fiscalização que, muitas vezes, são corruptas.

Enfim, quero agradecer todo mundo que está presente. A gente sabe que não é fácil vir em uma sexta-feira esse horário, para deslocar-se com tanto trânsito, mas que a gente consiga manter esse diálogo e essa articulação para pensar em políticas mais estruturadas e direcionadas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Juliana.

Tem a palavra o Sr. Pedro Feilke, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O SR. PEDRO FEILKE – Obrigado, Vereadora.

Eu queria, primeiro, agradecer o convite. A Vereadora, sempre com pautas que se preocupam com vulneráveis da cidade de São Paulo; e, em especial, fazer uma menção ao excepcional trabalho que o Gaspar Garcia faz nesta cidade. Eu sempre utilizo esse espaço, porque eles fazem um trabalho excepcional e são uma equipe de muita qualidade.

A Defensoria Pública Estadual acaba não tendo a mesma atuação que o meu colega do órgão federal nessa questão migratória, mas recentemente eu tomei mais consciência da situação de São Paulo, tive oportunidade de conhecer o trabalho do CRAI também, que também achei de muita qualidade. Então, embora a gente acabe não atuando na questão de regularização documental, nas questões que envolvem a justiça federal, eu acho que é um engano pensar que a esfera estadual não atua na questão imigratória, em especial, no município de São Paulo, onde a gente nota uma presença cada vez maior de imigrantes nas ocupações.

Também recentemente eu tive a oportunidade, junto ao pessoal do CRAI, de visitar a ocupação do tijolinho, que são cerca de 5 mil pessoas em um galpão que está em vias de ser reintegrados e essas pessoas não terão para onde ir; possivelmente, haverá audiência mês que vem. Isso mostra um pouco da situação do município de São Paulo.

Como foi falado, a moradia é um direito instrumental. Se a gente não garantir a moradia, os direitos que vêm na sequência, como bem colocado pela companheira do Cedec, que são os direitos ao trabalho, à alimentação, todos esses direitos acabam não tendo uma plenitude se a gente não garantir o direito à moradia.

Outro ponto que o Felipe comentou de maneira muito pontual, que eu acho que é fundamental, é o seguinte: quando as pessoas vêm de outros países, elas não conhecem o nosso sistema jurídico, não conhece o nosso sistema político. Isso já é, em si, uma dificuldade; e a gente soma a isso a dificuldade da língua. Por isso, a gente precisa de instrumentos institucionais tanto em âmbito municipal, quanto nas demais esferas dos demais poderes, como o Poder Judiciário, que tem de se esforçar mais para passar as informações de forma correta para essas pessoas que são citadas por um oficial de justiça que não fala outras línguas, não

consegue se comunicar e isso acaba sendo uma dificuldade adicional. E ainda que ele consiga se comunicar, ele não consegue explicar com clareza o que é um processo de reintegração de posse, o que significa aquela situação e o que aquelas pessoas têm que fazer, a partir daquilo, porque é algo muito distante. Se já é distante para a nossa população vulnerável, imagine para alguém que veio de outro país e sofre esse processo de remoção.

Então, a gente tem que investir no direito à informação, que passa tanto pela tradução, quanto pela educação em direito: que a gente possa explicar o direito daquelas pessoas, como elas podem recorrer a esses direitos; e aí o *mea-culpa*, que a Defensoria Estadual precisa atuar mais fortemente com os imigrantes.

Eu acho que a gente ainda está muito distante dessa pauta, por todo o potencial que a gente tem no município de São Paulo. Então é uma pauta que deve ser considerada nesta Casa, a da educação em direitos dessa população extremamente vulnerável, como bem colocado pela Juliana.

Não sei se vocês conhecem, a ADPF 828 do STF suspendeu as remoções, os despejos, durante a pandemia, e agora a gente está retomando aos poucos. Essa retomada é feita com algumas condicionantes, inclusive a Juliana já participou de algumas audiências no Tribunal e nessas audiências, a gente consegue ver que o município de São Paulo não tem nada a oferecer para quem está sendo removido. Nada é nada, não oferece nada, como a Juliana falou. O que o município oferece? Forças de segurança para tirar aquelas pessoas. Só isso.

Não há nenhum auxílio, porque o auxílio aluguel do município de São Paulo é para situações muito restritas e 90% dos casos não se enquadram aí. Ainda que se enquadrassem, é um valor muito baixo.

Então, quando a gente fala desse processo de remoção, o município não tem política pública para dar conta e nem minimizar o problema. E isso vem se tornando uma grande frustração para todo mundo que participa dessas audiências, que precedem as remoções. Inclusive, essas audiências são gravadas e nelas a gente pode ver o município falando que não existe política pública.

E enquanto a gente está discutindo o Plano Diretor, a gente está vendo quanto dinheiro do Fundurb está parado aí, que deveria ser destinado para esse tipo de empreendimento social. Então, é muito urgente que a gente discuta políticas públicas e, como bem foi colocado pela Juliana, a pessoa que vem de outro país não tem vínculos com familiares, outro lugar de resgate ou outro lugar que ela possa ir após essas remoções.

Então, recentemente houve uma remoção de nigerianos no grupo e perguntaram-me: “Para onde eu vou?”. E eu não tenho o que falar, porque não há política pública. O centro de acolhida não tem capacidade para receber e quando há vagas, há divisão de famílias e regimentos que são muito diferentes e, às vezes, difíceis de serem cumpridos.

Então, a gente precisa pensar urgentemente em políticas públicas no âmbito municipal, para dar conta minimamente do problema. E aí é muito importante a iniciativa dessa Casa Legislativa e também do Gaspar Garcia, em iniciar essa discussão que ganha pouco espaço na mídia, mas a gente precisa iniciar esse debate, pensar em políticas públicas e dar voz a essas pessoas que estão aqui, como o companheiro que falou, no início, para mostrarem as dificuldades pelas quais eles passam e como a gente pode minimamente ajudar.

E eu coloco, desde já, a Defensoria Pública Estadual à disposição. Já estou falando de a gente pensar em alguns atendimentos específicos, porque nem sempre a demanda migratória é a única. Às vezes, ela vem acompanhada de algumas coisas posteriores, demanda de família ou alguma questão relacionada aos próprios imóveis.

Então, a gente precisa se aproximar e eu queria, desde já, colocar a Defensoria à disposição. Agradeço, mais uma vez, pelo espaço e é isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muita obrigada pela sua participação e disposição também.

Tem a palavra o Sr. João Chaves, do GT - Imigrações, da DPU. Muito obrigada pela sua presença.

O SR. JOÃO CHAVES – Obrigado, Vereadora. Boa noite a todos.

É um prazer e uma honra para a Defensoria Pública da União e para mim estar hoje. Agradeço o convite da Vereadora Luna Zarattini, que tem um mandato combativo, em defesa de Direitos Humanos, e também parabeno a iniciativa do Gaspar Garcia, de todas associações e todos coletivos e movimentos de luta pela moradia presentes, especialmente em nome da ocupação Jean Jacques Dessalines, a qual eu tive a oportunidade de visitar durante a pandemia.

Também agradeço e fico muito feliz em ver a presença de minha colega Carla, do Cedec, todos os companheiros e companheiras do CRAI, o pessoal da CPMig, da Secretaria, e meu colega da Defensoria Pública do Estado, Dr. Pedro. E também faço muito saudação a toda a comunidade migrante presente, em nome de Jean e de Chesnel. E não poderia deixar de registrar o meu desejo de um bom São João, já que hoje é noite de São João, para toda a comunidade nordestina especialmente, que está presente. Eu sou pernambucano. O sotaque não nega.

Eu vim hoje e fiz questão de atender a esse convite. É mais para ouvir e para poder contribuir, de algum modo, com esse tema, da luta pela moradia da população imigrante. Como bem pontuado por Carla, a moradia é um direito previsto constitucionalmente e a nossa lei de migração, desde 2017, garante esse direito à população imigrante, não fazendo qualquer distinção de nacionalidade ou de condição regular ou irregular de documentos.

E essa é uma fronteira muito difícil para nós. Temos um histórico de lutas na Defensoria Pública da União em favor de acesso à saúde, acesso à educação e acesso à Assistência Social, como, por exemplo, Auxílio Brasil, Bolsa Família e BPC/LOAS, mas a moradia é um ponto muito difícil, porque nós percebemos, na experiência, que é a intensificação das dificuldades para a população migrante. Se para a população brasileira já é difícil a inclusão nos programas, é ainda mais difícil para a população migrante, por todas essas razões estruturais que foram mencionadas.

O que nós temos trabalhado, na DPU, até por conta da nossa atribuição de atuar junto à Administração Federal, é uma ênfase em São Paulo, na questão de regularização migratória de documentação, naturalização e também educação em direitos, ou seja, levar

informação sobre a existência de direitos e felizmente nós estamos, no Estado, e devo dizer isso para todos e todas que há uma DPE forte e uma DPE que tem, na luta pela moradia, um dos seus principais destaques, de atuação em tutela coletiva.

O que me parece importante pontuar do trabalho da DPU? Temos tido um esforço de participar de visitas e de atendimentos externos em ocupações, especialmente em parceria com o CRAI móvel, que tem um trabalho muito consistente nessa área. E eu acredito que atendimentos externos e visitas, como a que nós já fizemos, por exemplo, na ocupação Jean Jacques Dessalines, como Nove de Julho e outras ainda menores, é uma oportunidade de legitimar esses espaços como espaços de luta e não tratar como espaços de violação de direitos ou espaços de marginalização. E conseguimos algumas vitórias também, bastante pequenas, mas significativas nesse ponto, como, por exemplo, obrigar a Polícia Civil a aceitar declarações de movimentos de luta pela moradia como comprovantes de residência.

Aos poucos, isso foi consolidado. Nós também já temos esse trabalho desenvolvido com o Ministério da Justiça, para aceitação, para fins de naturalização, e há um ponto importante: muitas vezes, oficiais de Justiça e policiais federais, que vão fazer inspeções de reunião familiar, por exemplo, no domicílio da pessoa, não entram em ocupações, porque dizem que é um espaço ilegal e não podem entrar, porque não há porta e não há número. E nós dizemos que não, que é obrigatória a visita, que é a residência da pessoa. Então, essa legitimação é importante.

Também temos tentado trabalhar com acesso de pessoas migrantes aos programas federais de moradia, especialmente o Minha Casa, Minha Vida; e todos que vieram, que é difícil; e um ponto que foi muito bem salientado é a questão da xenofobia, da violência e a necessidade de que o município de São Paulo aplique, não só no CRAI, mas em todas as suas políticas, a sua política municipal em favor da população migrante, que prevê o direito à mediação cultural e a tradução, a explicação e a educação, como parte de todos os processos e não apenas a violência, como foi bem salientado pelo meu colega Pedro.

Então, gostaria de dizer – só para finalizar – que muitos pontos poderiam ser tratados, mas a DPU está de portas abertas. Atendemos à população migrante em um núcleo

especializado há quase dez anos. Também há quase dez anos, temos atendimento semanal no CRAI, que é um grande parceiro de trabalho e desejamos que essa luta seja encaminhada e que todos possam contar também com a nossa participação.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Bryan Zelmar Sempertegui Rodas, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Obrigada pela sua presença.

O SR. BRYAN ZELMAR SEMPERTEGUI RODAS – Boa noite a todes. Eu sei que é tarde, em uma sexta-feira, mas estamos firmes e fortes.

Eu sou Bryan Rodas, atual Coordenador de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Em nome da Secretaria, eu agradeço o convite e parablenizo tanto o Gaspar Garcia quanto a Comissão, através da Presidente Luna, pela realização desse evento para debater esse tema, que é extremamente importante para toda a população migrante e eu também me incluo nisso.

Parabenizo também a forma como foi realizada manifestação tanto pelos representantes da sociedade civil quanto dos meus colegas do Poder Público. Acho que deram uma perspectiva, de fato, em termos da complexidade da migração e a moradia. Acho que não há como separar o acesso a direitos dos diversos itens mencionados, como o trabalho formal, documentação, acesso aos serviços, à saúde, assistência social e outros em relação ao direito à moradia.

Acho que conforme as falas dos nossos colegas imigrantes, isso se expressa de forma mais contundente porque o acesso a esses diversos direitos é concomitante. O acesso à saúde depende de uma moradia digna, o acesso ao mercado formal depende de uma moradia digna e por conseguinte. E a coordenação parte desse pressuposto porque compreender essa correlação em termos de direitos parte da compreensão do imigrante como sujeito de direitos, como um sujeito multidimensional que, dentro do seu corpo, está atravessado por diversas situações, por diversas condições.

Então, a coordenação – desde 2013, com sua legislação, com a política municipal para a população migrante desde 2016 e, por conseguinte, com a política nacional em 2017 – vem realizando um trabalho de implementação da política municipal de uma forma intersetorial e transversal com todos os atores que estão envolvidos na promoção e garantia desses direitos. Como então a gente faz isso? Principalmente através da nossa atuação enquanto instituição, e também através da nossa rede de serviços, como é o caso do Centro de Referência e Atendimento – CRAI Oriana Jara, que fica na Major Diogo, e também da sua modalidade móvel, itinerante, o CRAI Móvel, inovador nesse sentido.

Em termos de ocupações, compreendendo a complexidade, as diversas questões envolvidas, a gente acompanha as ocupações, sejam procurar às próprias ocupações e as suas lideranças, seja por acionamento da sociedade civil e por outros órgãos do poder público. Atuamos em conjunto enquanto CRAI, enquanto Coordenação de Políticas para Imigrantes em parceria com as redes nos territórios.

Quando nós vamos em uma ocupação, quando nos é solicitado, com essa demanda sempre temos o cuidado de ir com um olhar cuidadoso, mas também com um olhar para compreender a complexidade e as especificidades envolvidas nessas ocupações do território dada à composição, dada à multidimensionalidade envolvida nessas comunidades de migrantes, que estão naquela ocupação para que, a partir desse momento, possamos fazer um trabalho em rede que, de fato, demande uma política pública integrada, e compreender que essa política precisa ser implementada de uma forma intersetorial e transversal na prática.

A partir do momento que vamos em uma ocupação, que façamos um trabalho de sensibilização dessas populações de migrantes em termos de serviços e de direitos, para que possam esses migrantes promover autonomia e compreender quais são os direitos que poderão encontrar na cidade, e também conhecer quais são os atores envolvidos na promoção e garantia desses direitos.

A coordenação, com o CRAI e através do CRAI, realiza o acompanhamento do processo de sensibilização, no processo de mobilização da rede envolvida no oferecimento da

garantia desses direitos. E temos o prazer de contar com Gaspar Garcia em algumas ocupações que acompanhamos, com a Defensoria Pública da União, com a Defensoria Pública do Estado. E dependendo do território, contamos com a rede de serviços envolvida nas diferentes Secretarias, como: saúde, assistência social, desenvolvimento econômico e trabalho, enfim. Temos muito esse papel de sensibilização, de promoção da autonomia desses imigrantes que estão nessas ocupações, e também quanto à mobilização e preparação da rede daquele território para que possa atender às demandas e especificidades presentes naquelas ocupações.

Destaco algumas experiências, como é o caso mais recente no Tijolinhos da Mooca, já mencionado. Recentemente, semana passada se não me engano, estou perdido no tempo... (Risos). No sábado da semana passada, a gente realizou um mutirão de serviços na Tijolinhos da Mooca, para que fosse focalizada àquela população que estava na ocupação, estava presente não só o CRAI Móvel como também uma rede de diversos atendimentos, a Defensoria do Estado lá estava, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento Social estava lá.

Foi todo um processo de levar os serviços para que essas populações possam ser atendidas, promover o acesso inicial na perspectiva de permanência das populações a esses direitos. Acho que é uma experiência frutífera e aí houve outros ganhos pequenos – como o João falou – mas que se fazem extremamente importantes em termos de boas práticas. No caso da Vila das Belezas, enquanto a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, a coordenação com a Ouvidoria dos Direitos Humanos, a partir de uma demanda, de uma reclamação das comunidades ali na ocupação, de acesso à água e à luz. A partir do acionamento da rede de Direitos Humanos, a gente logrou garantir a essas populações acesso digno à luz e água.

Compartilhando um pouco da nossa atuação, da nossa visão em termos da questão migratória, da importância da mobilização em rede, da importância da promoção da autonomia dessas populações enquanto sujeitos de direitos em nossa cidade, afirmar que a garantia da moradia é um processo de construção conjunta, conjunta entre sociedade civil, comunidade migrante, entre o poder público e suas diversas esferas. E a Coordenação de Política para

Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania como elo principal de sua atuação, está à disposição para debater, compreender e prosseguir com o que for necessário em termos de construção de uma cidade mais digna e mais humana para todos os imigrantes.

Obrigado (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Bryan. Agora vamos abrir para as inscrições. As primeiras são *on-line*, vamos ver se todo mundo está aí. A primeira pessoa inscrita é Isaac Vixamat. Está? (Pausa). Venha falar no microfone. Depois é a Sra. Tomazia, que está *on-line*. Já fique preparada.

O SR. ISAAC VIXAMAT – Primeiramente, boa noite a todas e a todos. Meu nome é Isaac Vixamat. Eu sou Técnico de Regularização Migratória. Estou especificamente para debater, para conversar sobre a ocupação Vila das Belezas, eu sou de lá.

Primeiramente, estamos sofrendo muitas ameaças na ocupação Vila das Belezas, lembrando de que essa ocupação, Vila das Belezas, faz muito tempo, há mais 20 anos estava vazia, não tinha ninguém lá. Na rua, era um deserto, não tinha ninguém, sempre era assalto nessa rua se as pessoas passassem na rua a partir das seis da tarde, seis da manhã. A partir do momento que ocupamos esse lugar, e todo mundo começou a passar, até meia-noite você vê mulheres andando na rua, normal, sem nenhum problema.

Mas hoje o nosso objetivo, a gente está aqui não porque a gente quer estar na ocupação, mas está aqui porque precisa. Últimos meses sempre vem especulação dizendo que vai ser removido, vai ter remoção para nós e para muitas pessoas imigrantes, que acaba de morar nessa ocupação e tanto nacional e tanto internacional.

O que a gente quer é o direito, porque todo cidadão tem o direito à moradia, independentemente de nacionalidade: tanto nacional quanto internacional. Todo mundo que está aqui tem direito à moradia, pois pagamos o imposto de renda igual. Não é mais, não é menos. Todo mundo paga igual. Então, nós todos temos direito à moradia.

Muitas pessoas, principalmente os imigrantes que estão nessa ocupação, investiram tudo o que tinham nessa ocupação. Trabalharam de cinco a 10 anos para poder construir a casa

nessa ocupação. Depois que construíram, sempre vem umas conversas dizendo que vai sair, vai sair. Todos os imigrantes perguntam: “quando sairmos, vamos aonde?”. Ninguém sabe responder à pergunta para onde vamos. Sei que é difícil, mas a gente quer o nosso direito.

Se é necessário sairmos, a gente sai, mas a condução é a chave a chave. É isso que a gente quer, pois gastamos tudo para construir as casas. Quando vocês forem lá, verão que todas as casas construídas são de alvenaria. Nada de barraco. Tudo de alvenaria bem construída e com projeto.

Sei que quando uma coisa não é sua, a qualquer momento você pode sair. Da última vez, a Prefeitura falou que o terreno não é dela, mas é do Metrô. O Metrô falou que não é dele, mas é do Governo. O Governo falou que é da CPTM. Então, ninguém sabe de quem é esse terreno. De quem é esse terreno? É de quem está morando aí. Acredito que é isso. Então, é de quem está morando. (Palmas). Nós que estamos morando e se ninguém sabe de quem é, então é nosso.

Se é para sair, mais uma vez, a gente sai, mas é chave a chave. Durante 20 anos o terreno estava abandonado. Não tinha ninguém para cuidar desse terreno. A partir do momento que entramos e ocupamos o terreno, todo mundo agora vem com a conversa de que vai sair. Sei que há muita especulação imobiliária lá. Falavam: “Queríamos que esses imigrantes que estão na região saíssem, fazem muito barulho”. Mas na redondeza, toda a vizinhança gosta muito que a gente fique, porque acabamos ajudando a eles a ter tranquilidade nessa rua.

Então, por isso que nós queremos nosso direito. Nosso direito tem que ser cumprido. A gente não está aqui tanto para lamentar, tanto para desculpar, mas é o direito do cidadão, porque pagamos impostos. Tudo o que o brasileiro faz, a gente também faz. Todo imposto que o brasileiro paga, a gente paga também. Então, o direito tem que ser igual.

Dizem que o Brasil é acolhedor. Sei que o Brasil é um país de acolhimento, mas não somente acolher e quando chegar ao Brasil, soltar de qualquer jeito. Para acolher, tem que cuidar. Não somente acolher, chegar e cada um que se vire.

Muitas vezes, como nosso companheiro falou, como imigrantes, nas empresas a

gente sofre muito com a desigualdade social, racial, saúde, nas escolas. Em todo lugar a gente sempre sofrer com essas desigualdades. Isso não deveria acontecer porque todos somos humanos, independentemente da minha cor ou da sua cor. Somos iguais. Deveria ser assim. Infelizmente, não é assim.

Muitos imigrantes internacionais chegam e, às vezes, não é o Governo, não é o Presidente, mas grandes empresas pegam os imigrantes como fossem escravos deles. Só porque chega imigrante, a empresa quer fazer o que quiser com o imigrante. É uma coisa que não deveria ser assim.

Como ele falou também, nós temos profissão, mas chegando, as empresas: “Ah, não, você, pela aparência da cor, da cor da pele, ou sei lá, da raça que você é, você não está qualificado para trabalhar nessa área. Você tem que ser o que te oferecemos”. Infelizmente, como não sou do país, tenho que aceitar. É uma coisa que não deveria ser assim.

O nosso direito, mais uma vez, tem que ser cumprido na legislação. Brasil é um país que acolhe, mas não somente acolher, temos que cuidar.

O nosso compromisso tanto com o Governo, com o Estado, com a Prefeitura, porque ninguém sabe de quem é o terreno, então, a pessoa que reclamar que é dela, a gente quer chave a chave. Vai nos tirar, dê a nossa chave e a gente também dá a chave da nossa casa. É isso que a gente quer.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Tem a palavra a Sra. Tomazia.

A SRA. TOMAZIA SANTO – Olá. Boa noite. Sou a Tomazia. Sou líder da comunidade Vila das Belezas.

Desde já quero agradecer a todos vocês e falar para vocês que a nossa comunidade é muito bem representada pelo Gaspar Garcia. Muito obrigado a todos.

A luta da comunidade Vila das Belezas é uma luta contra os despejos. Queremos regularização fundiária, queremos melhoria ao acesso de serviço em nosso território. A comunidade Vila das Belezas diz “não” ao despejo. Nossa luta é por direito à cidade. A moradia

não é mercadoria. Fora especulação imobiliária. Nosso território não está à venda. Queremos obras efetivas, saneamento básico e chave a chave.

Boa noite a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Tem a palavra a Sra. Therese.

A SRA. THERESE MULOWAY – Boa noite. Sou Therese, da República Democrática do Congo.

O que eu queria falar mesmo já foi falado várias vezes, mas eu vou falar do problema que eu encontrei pessoalmente. É problema da mulher. A mulher quando sai de um país e vem, a mulher é mais de família de onde a gente sai. A mulher é responsável. Na maioria das vezes em nossos países a mulher não trabalha muito fora. A mulher é dona de casa. A mulher é empreendedora para sua família.

Quando a gente chega, a gente se depara que tem que trabalhar fora. São coisas, às vezes, que a gente não está muito acostumada. Nós vamos nos acostumar. Só que é muito difícil uma mulher a partir dos 40 anos encontrar trabalho.

Então, no meu caso, eu já andei tanto desde que cheguei – já tem muito tempo, mas cheguei a desistir. Aí, comecei a fazer trabalho informal. Quando a gente vem, vem com o intuito de trabalhar e ajudar os que restaram. A questão de trazer a família ficou difícil. Até chegou um ponto que ficou difícil de eu me sustentar. Eu comecei a lutar para sobreviver. Cheguei ao ponto de nem ter um lugar para ficar.

Agora, a gente correu. Corri para a ocupação. Moro na ocupação Penha Pietras. Hoje, a minha cabeça está como uma panela de pressão. Não durmo bem. Você não espera mais nada do futuro, porque eu já fiquei aqui muito tempo. As crianças que eu deixei para trazer já cresceram lá, na situação difícil. A situação lá também hoje piorou. Não vem mais a ser aquele problema político de Presidente e essas coisas. Hoje, a gente tem problema de insegurança porque meu país está em guerra. Há insegurança até mesmo dentro da cidade. Mesmo pensando em voltar, não há nem como, porque não há meio e voltar depois de passar tanto tempo. Hoje eu vou voltar com essa cabeça. Se eu voltar, só volto para morrer, porque vim inteira

e hoje não sou mais o que eu era e não consegui ajudar os que ficaram.

E esse eu acho que é o caso de muitas mulheres adultas quando saem de um país a outro país. A gente está pedindo para o Governo e a Secretaria de Direitos Humanos para tentar ver essa situação das mulheres, ver no que podem ajudar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada pelo seu depoimento.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Abramovitz Santos.

O SR. EDUARDO ABRAMOVITZ SANTOS – Sou do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, agradeço a Mesa e todos os presentes. É legal ver todo mundo, grandes companheiros presentes.

Eu queria, primeiro, destacar três pontos do que o Gaspar Garcia vem aprendendo ao longo desse projeto e, depois gostaria de, além de a gente fazer as denúncias, que são fundamentais, pensar em propostas de encaminhamentos reais para serem efetivadas.

Para quem conhece a Hortense, que é de movimento social de moradia, tem uma frase muito boa. Ela diz que “o Brasil não acolhe, o Brasil só recebe”. Eu acho que a gente tem que complementar essa frase: “recebe com uma carta de despejo”. São tempos curtos em centros de acolhidas, não há onde morar, os critérios para acessar os aluguéis formais, enfim. Então, além de receber, recebe com uma carta de despejo.

Segundo ponto, que a gente ouviu durante o movimento do projeto, é que o Brasil é um projeto para os migrantes. Ele é um lugar de destino, ele é um lugar de passagem, ele é um lugar de idas e vindas e as políticas públicas habitacionais têm que contemplar esses diversos projetos.

A gente tem que refletir se as políticas habitacionais, em sua maioria, são pautadas pelo título de propriedade, se são suficientes para atender a essas diversas mobilidades que existem. Para além dos critérios que impedem o acesso à moradia, pensar também os modelos de políticas públicas habitacionais na cidade.

Eu queria trazer dados de a realidade para a gente pensar os encaminhamentos.

Infelizmente, a gente não vai impedir as remoções, elas vão continuar acontecendo. Quantas vezes o CRAI não buscou o Gaspar?

O CRAI e a Coordenação de Políticas para Migrantes são os grandes parceiros, mas não procuraram a gente para perguntar como comunicar um despejo ou a dificuldade de acesso a advogados, que enganam os migrantes. Então, é preciso pensar que a Prefeitura precisa acompanhar as remoções, ela precisa estar presente e precisa ter sensibilidade pelo tema. Se ela não estiver presente, quem fará essa comunicação será a Polícia Militar.

Aqui, levantou-se uma dificuldade muito grande de acesso à Justiça. Na Vila das Belezas, o pessoal não sabia o que era Defensoria Pública e, durante a pandemia, esse sistema remoto de inteligência artificial dificultou muito o acesso e as pessoas não conseguem acessar, principalmente os migrantes.

Para trazer um pouco da perspectiva do Judiciário, o Gaspar teve uma experiência e viu que as legislações sobre a imigração não têm aplicabilidade direta. A gente ficou sabendo desse entendimento quando a gente fez a defesa do MLB. Então, é preciso conversar com o Presidente do TJ, esse é o primeiro encaminhamento; conversar com CNJ, e sei que há assessores da Deputada Erika Hilton, então conversar com CNJ para sensibilizar o Poder Judiciário.

Por fim, falar com quem promove a remoção, que é a Polícia Militar. Conversar com o Coordenador Operacional e com o Comando da Polícia, com o CRAI, para quem trabalha com imigração participar das reuniões preparatórias para a reintegração de posse.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Anthony Monpremier, da Vila das Belezas.

O SR. ANTHONY MONPREMIER – Boa noite a todos, a todas. É um prazer grande conhecer vocês.

Eu sou microempreendedor que está lutando por conta, sozinho, e tudo o que eu ia falar já foi dito pelo meu líder Tomazia e pelo Isaac, então não vou falar muita coisa, vou até

outro ponto.

Eu moro lá há três anos e construí lá, como ele falou. A gente construiu e gastou todo o dinheiro. Também eu tenho uma banca na calçada, que é um ponto de referência, bem bonita, e por isso muita gente me conhece; parece uma banca, mas é um salão de beleza, onde eu trabalho por conta, todos os dias e todo mundo gostou.

Quero falar sobre os imigrantes. Nós, imigrantes, especialmente haitianos, estamos sofrendo um problema no Brasil porque, às vezes, queremos tirar um documento e temos que ir até Brasília para tirar o documento. Vamos supor que o meu passaporte esteja vencido, eu tenho que ir até lá, precisa de uma certidão consular, tem que ir até lá, pagar uma passagem cara para fazer. Então, nós queremos ter um embaixador na cidade de São Paulo, onde podemos pegar metrô, ônibus, para poder tirar esses documentos. Seria legal, ficaríamos muito felizes com isso.

Outra coisa, nós deixamos família, irmãos, pais. Se quisermos viajar, temos um problema de transitar em países vizinhos do Brasil, como Panamá, Peru, porque temos que ter visto e temos só dois documentos para viajar: um passaporte válido e um RG que dão para nós. Mas não podemos viajar sem comprar um visto para trânsito.

Outra coisa, não há uma aeronave comercial para voar até lá. Para viajarmos, temos que alugar uma aeronave para colocar todo mundo. E se for insuficiente, a pessoa tem que esperar a próxima data.

Queremos um embaixador na cidade para poder resolver isso, porque já estamos cansados, isso acontece há anos.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Pessoal da Vila das Belezas: parece que o transporte de vocês chega às 20h e faltam três minutos. Só avisando, para ser uma volta tranquila para a casa de vocês, para as ocupações. E eu queria agradecer a participação de vocês, é muito importante a participação de vocês, esses depoimentos, isso que faz a gente estar construindo essa pauta, essa luta, essa resistência. Aliás, depois a gente pode falar um pouco de alguns encaminhamentos, que a gente terá propostas.

Esta reunião não é mais uma reunião, gente. Vocês sabem que, quando mulheres ocupam espaços de poder, a gente não fica só no “blá, blá, blá”. É por isso que nós vamos, ao final, tentar reunir essas sugestões e ver se todo mundo concorda, para a gente caminhar juntos. Mas se vocês precisarem se retirar, fiquem à vontade. Só estou transmitindo o aviso.

O Sr. Jorge não está presente. Tem a palavra o Sr. Francisco Freitas.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Boa noite a todos e a todas.

Eu queria já ir perguntando para a nossa querida Vereadora, e dando os parabéns por esta audiência, porque há muita gente, principalmente em área de Governo, que fica em retórica, que fala demais, mas que não resolve o problema concretamente, porque há muita gente, principalmente na área de Governo, que fica em retórica, que fala demais, mas não resolve o problema, não coloca a mão na massa. Primeiro, qual é o investimento, quais são os recursos do Tesouro Municipal para a Secretaria de Direitos Humanos? Segundo, é muito importante, é muito importante...

Só para me identificar, meu nome é Francisco Freitas. Eu sou diretor de saúde da Fapesp, e fui imigrante por doze anos no Japão. Então, a gente sabe a linguagem, a gente sabe como funciona. A gente sabe o que é xenofobia, a gente sabe o que é discriminação e a gente sabe o que é falta de oportunidade. Estamos passando pelo mesmo problema. Capitalismo é uma praga. A espinha dorsal do capitalismo é o lucro. Só muda de lugar. Eu fiquei no Japão, no primeiro mundo, mas lá também a exploração em cima dos trabalhadores estrangeiros – é deplorável. É a mesma coisa. E para isso a gente tem que se contrapor a essa situação.

Então, uma é a questão de orçamento. Segundo, eu quero saber, Vereadora. A própria Comissão de Direitos Humanos poderia conversar com a Secretaria de Direitos Humanos e tentar fazer um acordo com as universidades que ensinam a língua, para disponibilizar esses estudantes em hospitais e em escolas, para ajudar na tradução.

Veja só: eu, hoje, tenho o básico da língua japonesa. Mas quando eu cheguei, por exemplo, ao Japão, estava com uma dor muito forte no baço. Eu cheguei ao hospital e pensei: “Como eu vou me comunicar? Eu vou morrer, por falta de assistência, porque não há um cristão

lá para ensinar a língua”.

Para finalizar, há outra coisa muito importante. Em 2005, eu estive com o Presidente Lula. Fiz um pedido ao Presidente Lula, Lula deu a palavra e cumpriu. Nós ficamos cinco anos negociando um acordo na área da previdência social entre o Brasil e o Japão. A partir do momento em que se deu aquele acordo, é o acordo mais humanizado, porque há vários companheiros e companheiras que um dia pretendem voltar para o seu país de origem. Se voltarem lá e não contribuírem com a previdência social aqui, vão chegar lá e não vai ter como se aposentarem.

Então, seria importante a gente verificar com o grupo de imigrantes, para ver como está esse acordo na área da previdência social, porque o Brasil fez com vários países. Onde há a diáspora brasileira, conseguiu-se construir o acordo. É muito importante a gente pensar no futuro dos imigrantes, vendo os imigrantes como irmãos, como parceiros e não como para escravizar. É muito importante a gente fazer esse debate. Se a gente quer realmente discutir Direitos Humanos, nós precisamos realmente discutir a pessoa humana e o seu papel. Eles não estão pedindo esmola. Estão vendendo, Vereadora, a sua força de trabalho. São explorados. Ficam ao sol e na chuva, enfrentando “rapa”, a Polícia e todo tipo de adversidade que há.

Como a senhora falou, não basta só acolher. Têm que dar as condições para sobreviver. Então, nós estamos juntos nessa luta. O que a gente puder fazer, nós vamos construir, mas é preciso a gente fazer esses levantamentos, para, na prática, melhorar a vida dos que vêm para cá.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Perseveranda.

A SRA. PERCEVERANDA – Boa noite a todos. Obrigada por esse momento.

Bom, eu queria falar, representando todos os imigrantes. Sim, a gente tem muita dificuldade a muitos acessos. Eu vou falar um pouquinho de cada ponto, começando pela escola. Eu mesmo sofri, na pele, muitas vezes, começando pela diretora.

Acham que a gente não tem direito. Às vezes, a gente reclama por nossos direitos, direito de nossos filhos. Falam para mim: “Se você não gosta, então, vai para o seu país. Volte para onde você veio”. Aquilo choca a gente. Antigamente, eu abaixava a cabeça. Hoje, não. Muitas mães sofrem por esse lado nas escolas. A gente não é aceita. A gente é vista como uma diferença. Quando um brasileiro chega, são colocadas na frente, todas as coisas.

Resumindo outra coisa que eu queria também falar sobre o trabalho: trabalho para a gente, para os estrangeiros, para mim não existe, tanto como falaram para os profissionais. Agora pensaram em não haver previsão? Eu, por exemplo, sou mãe e pai. O que aconteceu comigo? Hoje, meu filho tem 14 anos. Já vai fazer, nesse mês, quinze anos. O pai simplesmente foi embora, quando ele tinha dois aninhos. Eu o crio sozinha. Eu queria trabalhar registrada. Comecei a procurar, mas lamentavelmente não tive essa oportunidade. Por quê? Porque simplesmente, às vezes, você começa a trabalhar e o chefe fala. A criança cai e, às vezes, fica doente. Dois ou três meses, você fica ali. Simplesmente falam para você: “Não, não preciso desse tipo de... Eu quero aqui uma permanente”. Então, para as mães sós, é muito complicado, para nós, para as mulheres. Eu gostaria que, para as mulheres, especialmente fosse montado especificamente trabalho, para estender para as pessoas.

Então, eu vou pedir para que todos vocês analisem. Também sobre o CRAI, muitas vezes, negam para a gente. Pior ainda é para quem não sabe falar. Interpretam outra coisa.

Outra coisa, sobre a documentação é a mesma coisa. A alimentação, por exemplo, nas escolas, muitas vezes, é negada. A alimentação é precária. Às vezes, os imigrantes, seus filhos não se alimentam como se deve.

Eu agradeço muito o CRAI que montaram. Isso ajuda muito. Nessas pandemias, eu agradeço muito. Outra coisa que eu coloco é sobre a delegacia. A gente sofre violência doméstica para caramba, tanto como nas escolas e como nos ônibus.

É isso. Então, por exemplo, nas delegacias, deveriam estender. Então, acho isso um absurdo, porque, muitas vezes, eu corri com outras pessoas. Simplesmente falam: “não, aqui tem que ser...”. “Você não tem nada”. Então, não há como fazer. Violência doméstica, eu sofri

para caramba. Então, eu sei como é difícil para nós, mulheres, mais do que tudo, para defender nossos filhos. E os nossos filhos têm os mesmos direitos também. Então, a mãe sofre para caramba com isso.

Também eu queria falar um pouquinho sobre as escolas, sobre uniforme, por exemplo. Nessas pandemias ou antes, eu, por exemplo, meu documento brasileiro é para sempre, mas simplesmente por não ser aquele verde, falam para mim: “não está sendo reconhecida”.

Quantas vezes... eu cansei. Um dia, eu falei: “Puxa vida, meu filho precisa de uniforme”. Eles reclamam de uniforme. Quantas e quantas mães ficaram sem uniformes e material escolar. Onde resolver isso? Como a gente reclama? Para onde a gente corre? Eu, porque falo demais na escola onde meu filho estuda. Têm tantas mães que não pegam o uniforme, material escolar e todas essas coisas. Às vezes, é revoltante todas essas coisas, e, simplesmente, falam: “Você está se achando brasileira? Você é boliviana”. Desse jeito, na nossa cara.

Estou aguardando a escola do meu filho, mas, às vezes, a gente toma uma providência, mas acho – não estou achando, não; eu tenho certeza – que eles cobram do nosso filho, porque ele está ali. É isso o que eu vejo.

Então, é muito difícil para a gente todas essas coisas. Nós não somos reconhecidos; a gente trabalha; a gente paga nossos impostos mais do que um cidadão do Brasil, porque eu já verifiquei com meus próprios olhos de meus vizinhos. Isso é muito difícil.

Então, seria isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Pessoal, o Kéder; e a Valdina, já se prepare.

O SR. KÉDER LAFORTUNE – Boa noite. Muito obrigado.

Aproveitando essa oportunidade, como a Vereadora falou, meu nome é Kéder. Eu também sou ex-Conselheiro Municipal dos Imigrantes e membro da Rede Nacional dos

Imigrantes também.

Podemos agradecer e felicitar o Brasil e uma parte também pela fronteira que deixa a pessoa entrar. (Palmas). É uma coisa diferente que é a acolhida. (Palmas) Além de não ser reconhecido também como refugiado, libera essa oportunidade que você pode ficar no Brasil mesmo sendo solicitante, porque têm muitas partes positivas, e, também, como o Defensor falou, têm coisinhas positivas também que a gente precisa valorizar.

Porém, no caso dos imigrantes que moram nas ocupações – e eu ouvi muitas pessoas falando e que são importantes mesmo, de vez em quando, eu me pergunto: será que se fossem os imigrantes que não sejam latino-americanos ou afro imigrantes, teriam a mesma perseguição nas ocupações? Eu deixo essa pergunta para vocês. Será que seria a mesma? Não sei. Vou deixar isso para vocês.

Além disso, quando falam dos imigrantes de uma forma geral, as letras são iguais; porém, quando você olha nas cores, os tratamentos, não são. Você pode concordar ou não, mas não são iguais. Isso não é uma coisa que a gente tem que deixar passar, nem hoje, nem amanhã ou uma coisa que a gente deveria lutar permanentemente para poder lutar com isso, porque a sua cor já é desqualificação em qualquer âmbito e ambiente. Infelizmente, é isso o que a gente está vivendo.

Além disso, há uma burocracia que existe até na apresentação dos documentos, por quê? Porque nas ocupações – eu venho acompanhando essas situações há mais de cinco anos, desde que eu fui Conselheiro Municipal dos Imigrantes e, até hoje, eu tenho uma relação bem estreita com essas pessoas que moram lá, a gente conversa – às vezes, quando não há luz, pode demorar até uma semana; e você tinha um agendamento no CRAS, na Polícia Federal, para ir; essa pessoa não tem celular; às vezes, pode utilizar um celular que fica em um bar ou uma coisa assim, em um mercado para pegar um pouco de bateria, e, para mandar um “oi” para a família que está lá e que não sabe se come, se vive ou se morre.

Então, nesse caso, também, a gente entendeu que houve um imprevisto devido à pandemia, mas, agora, começando a voltar as situações, todas as coisas estão virando – para

não dizer cem por cento, mas setenta por cento – presenciais, criar uma oportunidade para que eles possam chegar lá. Não falam que “você precisa disso, tem que cadastrar”, vocês sabem que têm pessoas que não têm um celular bom na mão, por que não é mais importante a comida no prato das crianças? É mais importante do que um celular. As mães que acabaram de falar sabem muito bem disso.

Então, é melhor votar essa situação para poder criar uma oportunidade para que eles mesmos possam chegar em um local e falarem o que querem, do que eles estão precisando. No caso de documentações também, mesmo na Polícia Federal – porque eu acompanho isso durante muito tempo –, às vezes, para enviar o documento para a Polícia Federal, a pessoa cancela o processo sem querer.

Eu espero que o Dr. João, que fica bem perto da Polícia Federal, possa levar isso para nós. A pessoa cancela, porque não tem o conhecimento. Primeiro, mesmo que tenha a possibilidade de colocar em outras línguas, muitas pessoas, quando colocam na língua que há no Google não é a língua que as pessoas falam. Geralmente, falam um dialeto nacional do seu país, como a República Democrática do Congo que há uma boa parte em que fala lingala; no Haiti, boa parte fala crioulo. Isso é difícil para o Google Tradutor. Não traduz como é. (Pausa)

Vou deixar para uma próxima oportunidade, mas espero que todos entendam a nossa preocupação.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Kéder.

Vou passar para a Valdina, e, depois, ao Almeida.

A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA – Boa noite a todos e a todas; à Mesa; Luna e Dra. Juliana e aos demais.

Eu sou Valdina Silva, da União Nacional dos Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil.

O que mais a gente sente – sou, também, do Gaspar Garcia, do Fórum dos Ambulantes –, e o que mais nós temos percebido nas mulheres imigrantes é a situação que elas

passam quando chegam ao Brasil. Não têm casa, emprego, documentação difícil e ela tem um filho. Então, quem mais sofre são as mulheres nessa luta. Ela vai lutar no posto de saúde para poder fazer a documentação. Chegando lá, não tem a documentação. Ela não consegue cadastrar o filho. Ela não consegue emprego, então, ela vai para a rua vender. Gente, 50% da economia desse país sai das mãos dos trabalhadores ambulantes. Eu tenho 67 anos; 39 anos como trabalhadora ambulante.

Então, quero dizer para os senhores – bem rápido e prático, porque sei que o tempo está curto – que nós, Vereadora Luna e Dra. Juliana que já nos acompanha, precisamos nos unir porque companheiros imigrantes: somos todos irmãos, somos todos trabalhadores. Sejam bem-vindos e entendam que nós não somos diferentes. Nós somos os brasileiros, Vereadora, que também sofrem a discriminação; nós sofremos a violência de quem deveria. E os senhores da Defensoria Pública e dos Direitos Humanos devem nos apoiar, porque somos trabalhadores, geramos renda e emprego neste país, mas não somos respeitados e sofremos violência.

E, para os imigrantes, principalmente, que chegam em um país novo, tentando dar uma vida melhor para suas famílias e não têm esse reconhecimento: o trabalho e a moradia decente são direito humano. Está na Constituição. Então, nós pedimos para vocês que estão à Mesa, que são autoridades e a senhora, Vereadora, que possa fazer isso para a gente; certo? Para mostrar para o Poder Público que não é só proibir.

Nós lutamos no Gaspar Garcia pelo Tô Legal, mas esse Tô Legal não dá o direito ao trabalhador, porque ele custa 900 reais para um trabalhador tirar uma licença. Agora, se ele é um imigrante, como é que ele vai ter 900 reais, se ele precisa de alimentação, ele precisa da moradia? Eu já vou concluir. Ele precisa disso. Como é que ele vai tirar 800 reais para pagar? Outra coisa, o Poder Público não tem diálogo com aqueles que trabalham e geram renda e emprego nesse país. Eles não nos chamam para negociação.

Então, vou pedir aos senhores que são autoridade que nós queremos, sim, sentar com o Poder Público, principalmente o municipal, porque nós somos geradores de emprego e renda. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Vou passar para o Almeida e, depois, Gabriel.

O SR. ALMEIDA – Boa noite.

Meu nome é Almeida. A maioria das palavras que eu iria falar muita gente já falou, mas uma coisa que eu posso argumentar é o caso do nosso colega que trabalha no CRAI. Não são todos que sabem falar português. Eu falo francês e inglês. Ele já fala a língua materna do próprio país dele. Só que o que acontece? Quando chego ao CRAI, não há mais do que quatro pessoas que atendem. Das quatro pessoas que atendem, dois falam francês. A maioria que está aí fala só português e não tem nenhuma pessoa que fala inglês.

Há pessoas que não falam inglês, não falam francês, não sabem falar português e esse caso também complica. Já tem duas vezes que eu passei nessa rua aqui atrás e aconteceu com um senhor que só fala bambara. Não fala outra língua. Ele queria falar uma coisa, mas nunca conseguia falar. Ele falou na língua dele, em bambara, que veio pedir vaga, mas não há ninguém que pode atender, porque não conhecem a língua que ele falava.

O chefe superior do CRAI pode colocar em qualquer CRAI pelo menos uma pessoa que fale lingala, o outro dialeto, o senegalês. Há pessoas que vêm do Congo, Angola, do Gabão. Então, peço se há a possibilidade de poder ajudar e colocar em qualquer CRAI pessoas que falem três, quatro, cinco línguas e que atendam os africanos e outros imigrantes.

Era só isso que eu queria falar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Almeida.

Vou passar ao Gabriel.

O SR. GABRIEL – Boa noite a todos.

Meu nome é Gabriel. Eu sou coordenador do Movimento Coletivo de Moradia Popular. Temos nove ocupações aqui no Centro e, dessas nove ocupações, são 400 famílias de imigrantes, que são de angolanos e congolezes. Boa parte deles fala o português e o lingala.

Nesses últimos anos que trabalhamos com eles, a grande reclamação do acolhimento que eles vieram para ocupação também é da Casa de Imigrantes, que é o primeiro

ponto, é a primeira casa deles no Brasil. Lá tem toque de recolher – você não pode chegar de madrugada no local; você fica para fora, você dorme na rua. A Casa de Imigrantes fica no Brás e muitas dessas pessoas vão atrás de emprego, passam o dia inteiro fora, acabam perdendo a hora, pegam a CPTM, não chegam na hora e acabam dormindo na rua. Essas pessoas não têm segurança dos seus pertences e esses pertences são as últimas coisas que elas trouxeram de lá. Muitas dessas pessoas venderam tudo para garantir a vinda para cá e elas não têm a segurança das coisas que têm. Vindo para cá, elas têm esse problema grande da Casa de Imigrantes.

Muitas dessas pessoas vêm para ocupação e nas ocupações, elas também não têm uma garantia. Elas investem muito do dinheiro para construir os seus espaços, a sua casa, mobiliando a sua casa, porque é muito difícil pegar doação de mobília para essas pessoas. E aí, nós temos as reintegrações de posse.

No ano passado, a Conselheiro Crispiniano teve uma reintegração de 45 famílias de angolanos e congolezes. O Estado abandonou completamente. É literalmente a mediação da ocupação com o proprietário. Nisso, nós tivemos que fazer essa realocação e uma nova ocupação para estar garantindo a moradia para essas pessoas. Agora, novamente, temos uma reintegração para 90 dias da 24 de maio e isso é novamente uma conversa só com o proprietário e com a ocupação.

Gostaria de pedir a ajuda de vocês para que fosse diferente, pelo menos uma vez, porque são 28 famílias que correm um risco de despejo e não têm garantia alguma. Essas pessoas que vieram e chegaram ao Brasil gastaram dinheiro pelo seu espaço. Eles mobiliaram as suas casas para deixar ali o seu lar e, hoje, novamente, o Estado não dá garantia para essas pessoas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Gabriel.

Tem a palavra a Kelseny.

A SRA. KELSENY MEDEIROS PINHO – Vou fazer só uma breve saudação. Sou Kelseny, assessora da Deputada Erika Hilton. Infelizmente, hoje, ela não pôde estar. Não sei

quem está acompanhando o Congresso, mas está difícil.

Queria deixar essa saudação breve, tanto às ocupações que estão aqui hoje, quanto à Vereadora Luna, que tem sido uma grande parceira, assumindo várias pautas que a gente não deixou, mas a gente tem essa necessidade de ter alguém aqui para assumir essas pautas.

Inclusive, quero falar um pouco do que o Felipe trouxe da dificuldade – e várias outras pessoas trouxeram – das unidades de saúde em atendimento. A Deputada Erika deixou o Projeto de Lei 262/2022 que fala sobre o atendimento multilíngue nas unidades de saúde. Então, é um projeto também para ser encapado pela Vereadora Luna que está aqui e pode assumir a luta por esse PL, pelas ocupações que estão também. É muito importante continuar essa luta.

Só queria deixar mesmo a saudação e agradecer. Eu acho que a gente tem que agradecer muito o trabalho do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Vou mencionar que achei lá o João e a Cintia. Sei quem está o tempo todo do lado de vocês, para além de que o Gaspar realmente é um lugar muito especial. Há muitas entidades que fazem trabalho com imigrantes, mas poucas entidades fazem trabalho com imigrantes com a capacidade de trazer tantas pessoas assim para uma audiência pública e mostrar que realmente eles estão construindo um trabalho muito potente em conjunto com essas pessoas.

A Deputada Erika fica muito feliz de apoiar um projeto como esse. Então, para a gente foi uma satisfação destinar uma emenda parlamentar ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos porque sabíamos que o resultado seria este de trazer as falas e trazer toda essa potência para esses momentos de contato.

Então, só deixar essa saudação. Muito obrigada mesmo. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Kelseny.

Só para dizer que eu tenho muito orgulho de estar presidindo esta Comissão de Direitos Humanos, que já foi presidida pela Vereadora e agora Deputada Federal Erika Hilton, e também presidida pelo Vereador e agora Deputado Estadual Eduardo Suplicy. Então, vocês imaginam o que é estar assumindo esta Comissão de Direitos Humanos com duas pessoas que passaram por esta Comissão e deixaram muito história.

Elas de nenhuma maneira abandonaram essas pautas, seguem na luta e quando eu for ler alguns encaminhamentos, eu quero muito que a gente esteja também na presença da Deputada Erika Hilton, porque é uma força potente e que a gente sabe que está ocupando espaço no Congresso. É um alívio e um respiro para todos nós. Quero dizer que nós vamos conseguir continuar construindo essas pautas em conjunto e trabalhando em conjunto.

Então, esta Comissão tem o compromisso na defesa dos Direitos Humanos, contra as violações de direitos humanos e em prosseguir essas pautas. Acho que muitas vezes as pessoas falam assim: “as políticas públicas acontecem, mas elas param quando muda mandato, muda a gestão”. Nós, não. A nossa luta é política, independente do espaço onde a gente está, nós vamos prosseguir.

Então, obrigada, Kelsen, por estar conosco e não só no dia de hoje, mas em todas essas lutas. Espero que você possa transmitir também para a Deputada Erika Hilton essa nossa fala.

Vou passar para Luciana e, depois, para a minha xará, Luna, que eu quero saber quem é, porque faz muito tempo que eu não vejo uma Luna por aí. Depois, tem a Cíntia e aí eu vou encerrar com os nossos encaminhamentos.

A SRA. LUCIANA – Boa noite a todos os presentes.

Eu quero parabenizar a Vereadora pela iniciativa de ver os cemitérios, chamar o Poder Público. Eu achei maravilhoso isso partir de uma mulher jovem como você. Mas estamos falando dos vivos e eu quero falar que os imigrantes não precisam se preocupar, porque os brasileiros também passam por isso: sofrem discriminação, não têm onde morar.

Eu acho que os únicos que vêm para cá e se dão bem, que estão desde o tempo de colônia e que eram a grande maioria dos bandeirantes, são os judeus. Não se vê nenhum passando fome, reclamando, nada. É isso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Sra. Luciana. Tem a palavra a Sra. Luna.

A SRA. LUNA – Boa noite, pessoal. Primeiro, eu quero agradecer ao grupo MLB pela oportunidade e a ocupação onde moro.

Quando eu cheguei, eu estava com esperança de estudar, porque sou filha de uma mulher muito trabalhadora, que criou seus filhos com capacidades muito diferentes. Fui uma criança estável economicamente, mas de uma idade para frente, desde os sete anos, ela caiu, a gente ficou na quebra e tive que viajar para cá. Eu cheguei a ser mãe solteira, fui mãe e pai para o meu filho; e, para conseguir estudar, eu tive que vir para cá para não deixar meu filho das seis da manhã até às 11h da noite na casa de família ou na creche, porque toda mãe sabe que, para criar o caráter de um filho, é de zero a sete anos.

Então, para conseguir estudar, como eu iria deixar meu filho essa hora na casa de outras pessoas? Que educação eu daria para o meu filho? Por isso, eu achei que seria melhor viajar para cá.

Diferente de um camarada que falou que imigrantes não têm profissão, eu tenho quase cinco profissões. Eu faço unha, sou estilista, sou modista, sou desenhadora de murais; eu sou química, faço produtos de limpeza; e ainda tenho a vantagem de falar quatro idiomas.

Ainda assim, na primeira oportunidade que eu tive de trabalhar, eu enviei currículo de trabalho e quando, por fim, fui chamada, a primeira pergunta que fiz era qual o horário de trabalho e eles me falaram: “você vai trabalhar de domingo a domingo, com um dia de folga na semana, com um salário de R\$ 1.300,00”. E o que eu consigo fazer com isso? Nada. Eu não aceitei.

Com quatro carreiras que eu tenho, vou de casa em casa para fazer unhas, eu faço unha a domicílio; porque com cinco clientes eu consigo ganhar mais de R\$ 200,00 por dia; mas há dias que eu não ganho isso.

Graças a Deus, eu consegui me estabilizar emocionalmente, porque esta validade emocional vem da validade econômica. E eu agradeço muito o trabalho que a gente está fazendo hoje de tentar regularizar as ocupações e todos os direitos humanos.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada. Tem a palavra a Sra. Cíntia Almeida Fidelis, a última inscrita.

A SRA. CÍNTIA ALMEIDA FIDELIS – Boa noite. Quero agradecer muito a presença de todas, de todos, de todes.

Muitos que me antecederam já falaram de coisas que eu queria compartilhar, então eu quero deter-me em três pontos basicamente. Primeiro, quero dizer que muitos dos despejos na cidade de São Paulo poderiam ser evitados se fizéssemos a discussão e a implementação, por exemplo, de medidas ou de um programa de assessoria técnica, se a gente tivesse hoje a possibilidade de executar recursos disponíveis na urbanização, na regularização fundiária.

Na Vila das Belezas, existe uma articulação e a presença de assessores técnicos desenvolvendo estudos pela ausência do Poder Público, pela ausência de saneamento, pela ausência de energia elétrica, pela ausência de água e pela ausência de recolhimento de água das chuvas. São medidas simples que poderiam estar qualificando e minimizando os impactos e, talvez, a situação de risco colocada no processo como o argumento para despejo.

Aproveitar também para dizer que a gente precisa abrir um diálogo, um processo público na política pública de educação, para a validação de currículos, para também atuar no impacto de uso da mão de obra, da exploração do trabalho, porque isso tem aparecido muito.

Eu sou assistente social, atuo como colaboradora no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Assistente Técnica na Peabiru, a gente vem desenvolvendo esse trabalho em várias ocupações e a gente vem se deparando com uma realidade muito difícil, uma realidade que a gente poderia e deveria, com recursos que estão disponíveis, estar enfrentando. Também, sobre as crianças que entram desacompanhadas e as divergências de abordagens nos serviços.

Como falou a colega, não se consegue solicitar o *kit* de uniforme na Secretaria de Educação, porque o aplicativo não reconhece o documento de imigrantes. Então, existem questões da operacionalização de política pública que estão no CRAS, na saúde, na assistência; de dimensões estruturais, estruturantes, mas também na base da operação da política pública.

E dizer, gente, que existem dois CRAIs em todo o território brasileiro, apenas. A gente

precisa abrir essa discussão e levar pautas para a construção, aproveitar esse momento de reconstrução das políticas públicas e fazer uma discussão na política nacional para ter um atendimento exclusivo, que dê conta de todas essas dimensões.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada.

Pessoal, eu queria agradecer demais os movimentos presentes, as ocupações presentes; agradecer esta Mesa, os movimentos que estão aqui, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que tem feito um trabalho excelente de anos; agradecer a presença da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. E queria saudar demais as falas de vocês, estou muito sensibilizada.

Faz três meses que eu estou como Vereadora, mas não é nem porque a gente é jovem e não é nem porque a gente chegou que a gente não tem que enfrentar as questões que atingem a população da nossa cidade, principalmente a população mais vulnerável, a quem é negada corriqueiramente o acesso aos direitos e uma série de questões. E a questão dos despejos e da moradia é algo que a gente tem acompanhado.

Como a gente falou, a moradia é o primeiro acesso a muitos outros direitos e a gente tem proposto algumas coisas no mandato. Então, a gente tem um PL do chave a chave, que foi citado aqui. Se vai haver algum despejo, alguma remoção, que logo coloque a pessoa em outra casa, em outra residência, porque famílias estão indo para as ruas. Há 52 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. A gente também está em uma luta, para que haja um reajuste anual do auxílio aluguel, que hoje está em 400 reais, mas deveria estar em 800 reais, na data de hoje, se houvesse um reajuste anual. A gente já está fazendo essa briga na LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque a disputa das políticas públicas também é uma disputa de orçamento.

Então, o nosso mandato está aberto a todas essas discussões e eu queria propor os encaminhamentos, a partir da fala de vocês. Vamos ver se vocês topam. Vamos ver o que vocês acham.

É assim: se houver outros encaminhamentos, essa não é a primeira e não será a última reunião. A gente está no quarto andar, na sala 417. Todos são muito bem-vindos, para a gente fazer a luta por uma cidade mais justa.

A primeira coisa é fácil. Eu estou disponível para fazer visitas em qualquer ocupação que vocês quiserem, para a gente acolher essas demandas e fazer essa luta. A partir do momento em que se gente senta na cadeira de Vereador ou Vereadora, a gente tem que representar doze milhões de pessoas. Então, eu estou a essa disposição.

Segundo, a gente pode marcar uma reunião com a Sehab, Secretaria de Habitação, e representantes dos movimentos e representantes das ocupações, para a gente levar a questão recortada da pauta de imigrantes. Então, se vocês estiverem de acordo também, a gente pode intermediar essa reunião e levar essa questão. Pode haver outra reunião com a Secretaria de Direitos Humanos, onde a gente possa tratar sobre o acesso aos direitos, sobre todas essas questões que foram trazidas aqui. Há dificuldade nos diversos equipamentos. Também saúdo o CRAI. Vamos buscar a expansão do CRAI. Vamos fazer essa luta aí, essa disputa também na Prefeitura.

Outra reunião que eu acho importante é com a Secretaria das Subprefeituras, para a gente falar do Tô Legal. Não foi só aqui. A gente está recebendo uma série de denúncias, de dificuldades sobre o Tô Legal. Eu tenho recebido diversos grupos de ambulantes. Eu acho que se não há acesso a emprego nem à renda, é muito difícil as pessoas saírem de uma situação de vulnerabilidade. Então, acho que isso pode ser também uma proposta.

A última proposta é a gente convocar o Ministério da Justiça, a Segurança Pública, por meio da coordenação geral de política migratória, para a gente discutir a questão da regularização dos documentos, que foi muito citada, com a Deputada Erika Hilton e o Deputado Eduardo Suplicy, para a gente fazer uma reunião na Secretaria de Imigração, para a gente poder levar essa questão e saber como São Paulo pode lidar com isso, como a gente pode ter uma relação com a Prefeitura e com o Governo do Estado.

Gente, acho que quando a gente faz política, a gente precisa fazer essas relações,

para que, de fato, haja uma melhoria para a população. Não sei se eu perdi alguns encaminhamentos. Foram muitos, mas, como eu disse, a gente não precisa sair nem com todos os encaminhamentos, porque essa não é a primeira e não será a última reunião que nós vamos fazer.

Eu tenho certeza de que a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa vai se comprometer com essas pautas.

É isso, gente. Se alguém tiver alguma questão a mais, a gente pode tratar. A gente está todos os dias na Câmara. A gente está na luta. Agradeço muito a presença de vocês. São nove e 42. Significa que a gente tem muitos problemas, mas a gente tem muito gás e muita vontade de resolver essas questões. Parabéns a vocês.

Obrigada, gente. Obrigada a todos que participaram de forma *on-line*. Vamos seguir na luta. (Palmas) Há o nosso cartãozinho na saída, o número de WhatsApp, *e-mail* e tudo mais.

Nada mais a declarar, está encerrada essa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada.